

Sentido e organização do trabalho das quebradeiras de coco no Bico do Papagaio, Tocantins

Eliseu Pereira de Brito*
Maria Geralda de Almeida**

Resumo

Trata-se de uma pesquisa geográfica desenvolvida na região do Bico do Papagaio, no norte do Estado do Tocantins. Estabelecemos uma leitura da categoria trabalho, com ênfase na quebra do coco pelas mulheres, e da categoria identidade, pela resistência destas no território. Utilizou-se como metodologia a pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas bem como uma descrição da paisagem. A persistência dessas mulheres quebradeiras de coco na garantia da não derrubada dos babaçuais permitiu a existência dessa prática por mais de 40 anos no Tocantins. A propósito da identidade, o trabalho na quebra do coco-babaçu é a base de referência para essas mulheres. O apenas coletar o coco é considerado como uma forma de romper com os fundamentos de sua união. Quebrar o coco lhes garante a sociabilidade, diferentemente do apenas coletar de forma dispersa pelo palmeiral sem o encontro dos sujeitos.

Palavras-chave: Babaçu; Quebradeira de Coco; Trabalho; Território.

* Universidade Federal do Tocantins (eliseubrito@uft.edu.br).

** Universidade Federal de Goiás (mgdealmeida@gmail.com).

Abstract

This is a geographical research developed in the region of Bico do Papagaio, in the northern state of Tocantins. We established a reading of the work category, with an emphasis on the breaking of the babaçu coconut by women, and identity category, due to their resistance in the territory. We used, as a methodology, the qualitative research with semi-structured interviews as well as landscape description. The persistence of these women as coconut breakers in preventing the felling of babaçu trees allowed the existence of this practice for more than 40 years in Tocantins. When it comes to identity, the work on breaking the babaçu coconut is the baseline for these women. The act of just collecting the coconut is considered as a breakup in the foundations of their union. Breaking the coconut gives them sociability, unlike just collecting it in a scattered form throughout the palm trees without meeting each other.

Key words: Babaçu; Coconut breakers; Work; Territory.

Introdução

Raimunda Gomes da Silva, um dos símbolos da resistência das mulheres rurais quebradeiras de coco no Bico do Papagaio, justifica seu anseio em prol dessa categoria em função da discriminação que essas mulheres pobres sofrem. Tirou essa conclusão por meio de sua observação em Samambaia, no Distrito Federal, quando fez comparação entre as mazelas que vinham acontecendo em sua região, na década de 1980, e o sofrimento dos sem-teto nos acampamentos das periferias de Brasília (SILVA, 2014). Pelo seu empenho na articulação das mulheres quebradeiras de coco, dona Raimunda conseguiu uma unidade em torno de um objetivo, e a organização por ela estabelecida pôde representar um

dos fortes movimentos de resistência no campo do Brasil, fundamentalmente articulado por mulheres em cooperativas e associações que agregaram valor ao babaçu. A interdependência dessas mulheres com esse coco tornou-se fator primordial de uma luta pela preservação dos palmeirais e, conseqüentemente, uma resistência para se manterem no lugar.

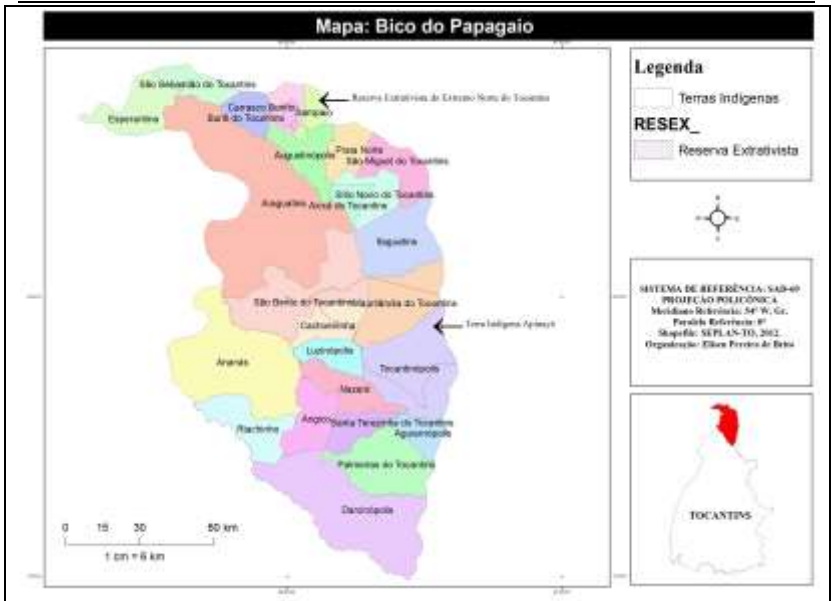
Por ser o Bico do Papagaio uma região de intensos conflitos, muitas mulheres perderam o marido e/ou as terras e se tornaram mantenedoras da casa, função que lhes faz inventar o trabalho constantemente, garantindo, então, a sobrevivência entre a palha e o coco-babaçu. Das folhas da palmeira aproveitam a palha para fazer quibano, balaio, peneira; do coco aproveitam o endocarpo e o mesocarpo para fazer azeite, farinha, carvão, brincos, colares e até farofa de gongo do coco, alimento muito apreciado com toque picante. Inventam, pois, a vida a cada manhã e, posto não serem trabalhadoras assalariadas, vivem do que podem produzir no dia, dependendo, desse modo, de encontrar o coco, quebrá-lo e de vender a sua produção nas associações ou no mercado, a “venda” – pequena mercearia local –, que serve como um atravessador.

Com base nas categorias trabalho e identidade, referindo-se, no caso, às quebradeiras de coco, neste texto objetivamos analisar o papel desses sujeitos no território e sua resistência com vistas à sobrevivência. Entre o estar no lugar e a ausência no/do lugar, há uma relação de trabalho e de gênero. Essa relação é que foi geradora da problematização da pesquisa, cuja forma de precisar o levantamento realizado se deu por meio da cartografia do território, identificando, dessa maneira, o grau de pertencimento dos já mencionados sujeitos com o lugar. Os instrumentos geradores das informações e mapeamentos foram as entrevistas semiestruturadas e a descrição da paisagem, observando-se principalmente os objetos e os sentidos que lhes são atribuídos. Nesse norte, uma das questões identificadas nas entrevistas se refere ao reconhecimento dado às mulheres participantes como quebradeiras de coco, tanto por parte delas mesmas como por parte de quem a elas se refere como quebradeiras de coco.

A ocupação do Bico do Papagaio

A região do Bico do Papagaio está na porção norte do Estado do Tocantins. Quanto ao nome Bico do Papagaio, este se deve aos contornos dos rios Tocantins e Araguaia, que desenham o formato de um bico de papagaio. É uma região de terras ocupadas por indígenas, quilombolas, fazendeiros e sem-terra, e orquestrada por conflitos agrários. Sua vegetação é constituída por áreas de Cerrado, Floresta Amazônica e áreas de transição entre os dois biomas de concentração dos babaçuais. Os palmeirais nativos compõem a vegetação do Cerrado e algumas porções da Floresta Amazônica tocantinense, formando um dossel que cobre em torno de 20% da região e serve para dar sombra ao gado nas fazendas ou apenas como uma mata ciliar ao longo dos rios e córregos. Os palmeirais cobrem uma extensa área de forma fragmentada ou contínua, preservada ou alterada pelo plantio do capim, nas terras indígenas dos Apinajé, ou Apinayé, e Xambioá, nas RESEX ou nas fazendas, principalmente às margens do rio Tocantins. De acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, a microrregião do Bico do Papagaio possui 25 municípios e uma população de 210.421 habitantes, conforme estimativa de 2015. Desse total, mais de 33% da população vivem na zona rural, o que corresponde a uma população em torno de 70 mil pessoas.

De ocupação pioneira, a região do Bico do Papagaio é a que teve maior quantidade de habitantes pós-construção das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica, nas décadas de 1950 e 1970, respectivamente. A partir dessas construções rodoviárias, houve o avanço das pastagens de grandes e médias propriedades, mas também com predomínio de pequenas propriedades e de grande número de assentamentos da Reforma Agrária.



Mapa 1: Região do Bico do Papagaio, no Tocantins.

Organização: Eliseu Pereira de Brito, 2016.

Com a ocupação pioneira, no início do século XX, das margens dos grandes rios Araguaia e Tocantins, populações se deslocaram para as terras férteis com o fim de praticar a agricultura, e nesse sentido o uso das vazantes dos rios foi crucial para que esses ribeirinhos adaptassem suas lavouras. O caminhar da população em direção ao rio Tocantins se deu desde o século XIX, com a interiorização da pecuária no Brasil. As fazendas de gado seguiram uma marcha de ocupação do interior, no sentido oeste, ultrapassando, assim, o rio Parnaíba para ocupar a região de Pastos Bons, no Maranhão, alcançando, por fim, as margens do rio Tocantins. O processo de formação do território nos remete a pensar um movimento histórico de ocupação por múltiplos sujeitos. Primeiro, trata-se de terras ocupadas por tribos indígenas dos Apinajé e dos Carajás de Baixo, denominados de Xambioá; e,

segundo, por sertanejos, principalmente fazendeiros criadores de gado bovino e agricultores de vazantes nas margens dos rios Tocantins e Araguaia.

Há, também, que se considerar os garimpos descobertos a partir do final do século XIX, que proporcionaram uma ocupação por uma população pobre, em sua maioria retirantes da seca que buscavam novos lugares para viver esse processo, que durou até a década de 1960. Esse período, em que a rodovia Belém-Brasília foi construída, gerou uma valorização das terras e produziu uma ocupação mais intensa do território. Valverde (1957), geógrafo pioneiro no estudo dos babaçuais, apontou a já referida região como possuidora de lugares de gente pobre, que passava fome, a quem o coco servia como complemento à alimentação. A geografia do babaçu de Valverde representa uma realidade daquela época na região e se coloca como uma fonte importante para vermos a persistência dessa atividade. Porém, não há, na leitura de Valverde, uma preocupação em discorrer sobre o processo causador de tanta fome. Silva (2011), em sua pesquisa sobre os migrantes nos canaviais paulistas, buscou entender o processo de migração sob várias nuances, e uma de suas análises ancora-se na questão de gênero e da terra, pois o homem que sai dos domínios dos palmeirais e segue para os canaviais sempre deixa a terra e a família sob o cuidado das mulheres. A autora levanta essa hipótese como motivo para a fragilidade no labor com a terra, situação em que esta deixa de ser produtiva e passa a ser não explorada.

Com o anúncio da construção da rodovia Belém-Brasília na década de 1950, a grilagem de terra aumentou, as populações foram expropriadas de suas terras e caminharam em direção a novas áreas, que relevamos neste estudo de caso, como, por exemplo, a microrregião do Bico do Papagaio, antigo extremo norte de Goiás, hoje Tocantins. Os assentamentos e as ocupações de terra criaram povoados e formação de pequenos proprietários e posseiros. Muitos desses proprietários eram mulheres que se embrenharam na luta pela Reforma Agrária, conquistando, então, um pedaço de chão, ou foram trabalhar nas sedes de fazenda. Outro

fator de ocupação que merece ser destacado se relaciona ao processo de expropriação das terras que ocorreu no Maranhão nas décadas de 1950 e 1960, o que provocou uma retirada de dezenas de famílias em busca de terra no Bico do Papagaio.

Segundo Valverde (1957), esse processo ocorreu pela grilagem de terra, provocada principalmente pela falta de informação que a população grileira tinha no que tange à legalidade da propriedade privada da terra. Desde a década de 1970, com a abertura da rodovia Transamazônica e com os incentivos do Governo Federal para a ocupação das terras na Amazônia Legal, surgiu também a possibilidade de famílias sulistas virem para a região em busca da terra. E, diferentemente da ocupação anterior, em que as famílias que ocupavam as terras, em sua maioria, não tinham dinheiro para fazer os registros, essa nova ocupação foi capitalizada com recursos para demarcar as propriedades. Para esse fim, “facilitou” a imensidão do espaço a partir de um avião, que, em muitos casos, nem ao menos pousava sobre as terras das quais se demandavam os títulos em Brasília. De posse destes, os proprietários titularizados obrigavam os legítimos donos a desocupar suas terras ou, ainda, facultavam-lhes a opção de se tornarem mão de obra nas fazendas. Esse processo fez com que diversos trabalhadores rurais se organizassem na luta pela posse da terra, tornando a região um palco das lutas agrárias no Brasil, e os fazendeiros foram subsidiados pelo Governo Federal e pelo Governo de Goiás (MACHADO, 1992).

Apesar de uma maior migração, no século XX, de sujeitos para o Bico do Papagaio, a arte de quebrar coco não é, como se poderia pensar, uma atividade que foi desenvolvida na atualidade, pois já há muito tempo era praticada pelos indígenas, principalmente de tribos que sempre habitaram essa região, como os Apinajé (TUGGIA, 1856), ofício relatado também nas viagens de Segurado (1870) sobre os habitantes das margens do rio Tocantins e da aldeia dos Apinajé. Era usual, na época, o uso do azeite de coco-babaçu na culinária. Na atualidade, as quebradeiras dependem da produtividade medida pelo volume de coco quebrado

no dia e vendido e, assim, cotidianamente, elas se aventuram entre os babaquais em busca do coco, fonte de sobrevivência familiar.

As práticas e o reconhecimento no trabalho

O homem foi o primeiro dos animais a quem a natureza foi posta a seu serviço por meio do trabalho. Neste, o homem se realiza. No capitalismo, o capital se apropriou do trabalho (MARX, 2009), que, segundo Antunes (2009), foi transformado em mercadoria, necessária para a sobrevivência. No trabalho sob o capitalismo o homem se degrada, se estranha e não se realiza. Sennett (2009), em uma análise sobre o trabalho dos padeiros e a nova configuração do trabalho nas padarias, aponta questões relevantes no que tange à introdução de máquinas na fabricação do pão. Nessa configuração, o padeiro passou a ser um operador de máquina que, com um clique na tela do computador, alterna as massas de acordo com o interesse da clientela. Diante disso, o trabalho se torna ilegível porque os sujeitos envolvidos não compreendem bem o que estão fazendo, pois se uma máquina quebra, eles não têm conhecimento de como reparar o dano.

Ao se referir ao apego do padeiro com a nova lógica do trabalho, segundo a qual tudo o que ele tem de fazer é apertar o botão da máquina para fabricar o pão, Sennett (2009) aponta que a identificação do trabalhador com o trabalho que exerce é fraca. Nessa ordem, agregam-se técnicas de produção que permitem maior produtividade e menor salário para os trabalhadores, mesmo com o aumento de suas qualificações. Atualmente, há disponibilidade de mais máquinas e, no entanto, falta um acúmulo de ideias para melhor utilizá-las na produção (SENNETT, 2013).

Na corrente contrária a essas atividades valorizadoras do emprego da tecnologia, ainda existem as práticas de quebra do coco. Mesmo nos dias atuais, com a redução da prática da quebra do coco, por não ser rentável, as quebradeiras ainda buscam sentido no trabalho para manter sua identidade e, além disso, manter o reconhecimento de um trabalho organizado praticado por

décadas. Um dos fatores que levaram à redução do número de quebradeiras se deve aos programas de assistência do Governo Federal e à conquista da casa própria, ao passo que o abandono da quebra do coco pode também estar ligada à mecanização da produção e aos arrendamentos do solo para o plantio de eucaliptos.

Entre a persistência e o pertencimento ao território, a identidade de quebradeira de coco tornou-se um baluarte para que tais mulheres resistissem aos conflitos agrários. Muitas já estão esgotadas fisicamente pelo trabalho e refugiam-se em suas casas ou pequenas propriedades, doadas pelo Governo Federal por meio do Programa Minha Casa Minha Vida e dos assentamentos da Reforma Agrária. Porém, com o avanço do eucalipto e da *Tectona grandis* – Teca –, elas deixam transparecer em suas falas um sentimento de desterritorialização, pois a destruição dos babaçuais é também a destruição do seu território.

Josimo Tavares, padre de São Sebastião do Tocantins, cidade do norte do Tocantins, não fazia parte de nenhuma ordem da Igreja Católica, mas era militante do evangelho e defensor dos excluídos. Por sua atuação, ele foi assassinado por pistoleiros a mando de fazendeiros na cidade de Imperatriz, em 1986 (ALDIGHERI, 1993). A organização das mulheres em sindicatos e associações nas comunidades, principalmente da Igreja Católica, foi liderada por esse padre, que trouxe a bandeira da luta no campo.

Vale ressaltar, no entanto, que os sujeitos que se destacaram nessa luta foram as mulheres que assumiram o papel de mantenedoras da casa e que, para sobreviver, tiveram de “quebrar o coco-babaçu”. O território das quebradeiras de coco tem um limite, que são os palmeirais, lócus do trabalho. É um território em que a maioria dos sujeitos não tem a propriedade da terra, mas o acesso a ela. No entanto, ser proprietário da terra não significa ser proprietário dos babaçuais, pois, de acordo com a Lei do Babaçu Livre, as quebradeiras têm trânsito livre para circular pelo espaço e exercer sua atividade (TOCANTINS, 2008), o que nos leva pensar esse território enquanto representação social de sujeitos que

produzem significações e criam separações e classificações dos objetos sobre o espaço, pela relação de trabalho.

De acordo com Thomaz Júnior (2004), o desenho societal da classe trabalhadora é sua fluidez, que se estabelece com os assalariados, camponeses, posseiros e índios. Nesse rol, incluímos também as quebradeiras de coco. Para Silva (2005), a categoria “trabalho” está no centro das reflexões sobre o processo de migração e, nesse sentido, não podemos considerá-la apenas como categoria analítica, mas também histórica. Nesse entendimento,

uma vez histórico, o trabalho refere-se a um conjunto determinado de relações sociais pautadas pelas organizações de classe, gênero, raça/etnia. Assim, torna-se necessário redefinir a categoria migrante, frequentemente utilizada de forma abstrata, sob a rubrica dos fluxos migratórios ou deslocamentos de populações (SILVA, 2005, p. 53).

Aproximando do fenômeno que buscamos analisar nesta pesquisa, entendemos que essas migrantes são trabalhadoras produzidas historicamente por processos de expropriação do campo, o que inviabiliza sua sobrevivência na terra, ou, ainda, trata-se de sujeitos que se deslocaram pela violência dos capitalistas do agronegócio. Não se quer dar sentido figurado ao capital, mas dizer que a opressão sofrida por tais camponeses sob a chibata e/ou a mira de carabina de cangaceiro configura uma situação produzida no bojo do grilo da terra. Ainda é Silva (2005) quem afirma que o trabalho só existe na pessoa do trabalhador, posto ser sua atividade, produto da força de seu trabalho. E, por isso, os trabalhadores passam a ser o centro da análise, pois são sujeitos que se deslocam impulsionados por fatores econômicos, políticos e sociais. A estes acrescentamos os fatores ambientais, produzidos por um tempo que acumula as contradições no espaço. Silva (2011) aborda o processo de exclusão dos camponeses em Codó e Timbira, ao pesquisar os migrantes trabalhadores dos cocais, e conclui que a maioria perdeu suas terras por pressão de

pistolagem que os ameaçava e, com receio de morrer, se mudaram para as periferias das cidades. Como o marido leva um ano para encontrar emprego, conforme relatos coletados em campo, a sobrevivência da família vem da persistência do trabalho da mulher nos cocais.

O trabalho, a persistência e a reorganização social

Uma questão merecedora de reflexão é a dignidade da vida dessas mulheres quebradeiras de coco. Para Gomes (1997), cidadãos são aqueles sujeitos que possuem direitos e deveres e também pertencem a uma rede de relações. A rede se deve ao sentimento de pertencimento ao território, tendendo a valorizar os códigos sociais e a construir a identidade territorial com base no trabalho. Eles constroem uma territorialidade. Gomes (1997) também afirma que a territorialidade humana se diferencia da territorialidade animal, isso porque os conflitos humanos se dão por apropriação de território em um dado momento da reprodução social. Esta desdobra-se em três fatores: “classificação das coisas e das relações por área, a comunicação e o controle de uma determinada porção do espaço” (GOMES, 1997, p. 46), envolvendo, para tanto, muito mais do que reprodução física de um grupo, é resultado da dinâmica social por meio de sua cultura sobre um território.

As quebradeiras de coco, na ação do trabalho, na relação homem/natureza, que dá o sentido de existência, se tornam sujeitos com voz que fortalecem seus vínculos territoriais. Os sujeitos são trabalhadores que defendem uma classe, resistência pelo uso da comunicação. Por meio do jornal *Pindova*, as quebradeiras passaram a divulgar sua luta pelo babaçu livre e a mostrar sua organização em associação na resistência pela vida, contra o avanço da fronteira agrícola. O uso do veículo de comunicação lhes garantiu maior notoriedade. A morte do padre Josimo, em 1986, defensor das causas agrárias, deu maior visibilidade à luta das quebradeiras. A continuidade foi dada por dona Raimunda,

quebradeira de coco e personagem principal da articulação em torno da luta das mulheres rurais, que passou a apresentar temas sobre gênero, aumento da produtividade rural, aposentadoria, empoderamento da mulher, entre outros, pelos povoados da região. As mulheres se organizaram em associações agroextrativistas, o que culminou com a criação da Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio – ASMUBIP –, em 1992. Porém, desde 1989 já havia sido criado o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB –, que tem como bandeira de luta o livre acesso aos babaçuais e a preservação do meio ambiente.

A circulação livre passa a ser uma concessão e, assim, qualquer ato fora dessa permissão é uma invasão de propriedade. Como alternativa para o problema da circulação, foi criada a Lei nº 1.959, de 14 de agosto de 2008 (TOCANTINS, 2008), que dispõe sobre a proibição da queima, da derruba e do uso predatório das palmeiras do coco-babaçu no Tocantins. Essa lei assegura às quebradeiras o direito de transitar nas fazendas, de passar livremente pelas cercas, para então coletar o coco em terras públicas e, com consentimento do proprietário, em terras de particulares. O acesso à palmeira é a garantia de vida para essas mulheres, que vivem nos acampamentos, nos povoados ou nos bairros, sem infraestrutura alguma, das pequenas cidades da região. O direito à vida para essas mulheres é a livre circulação pelos palmeirais, garantia de sobrevivência. Cessando, pois, tal acesso, não há quebradeiras de coco.

Para Thomas Júnior (2004), no âmbito do trabalho, as ligações rompidas refletem os impactos do metabolismo social do capital que se expressam no movimento contraditório de territorialização, desterritorialização e reterritorialização da classe trabalhadora. Para o autor, somente se pode de fato entender o fenômeno no território com a interpretação sobre o trabalho. No Bico do Papagaio, região conhecida por conflitos agrários, um ato que vem sendo praticado por fazendeiros nas áreas dos babaçuais é a utilização das máquinas juntamente com o fogo para remover a

terra e destruir a raiz do coqueiro. Ao destruir a palmeira, definitivamente se tira a possibilidade de sobrevivência de famílias que, ao longo dos anos, aprimoraram a técnica de utilizar o babaçu sem destruí-lo, como fonte de renda familiar, forçando-as, desse modo, a uma migração.

A Constituição Federal de 1988 permitiu a criação de RESEX – Reserva Extrativista. Posteriormente, com a instalação da Política Nacional de Meio Ambiente, no Governo do Presidente Fernando Collor de Melo, foi criada a Reserva Extrativista no Bico do Papagaio, cuja demarcação foi apenas de sobrevoos. Já no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, foi criado o grupo de trabalho sobre o babaçu, que tinha como objetivo promover o desenvolvimento para comunidades nas áreas do babaçual (SWERTS, 2009). Com o avanço da pecuária na região, no final dos anos 1980 e 1990, a presença do gado tornou-se um problema para as quebradeiras de coco, e o endocarpo e os buracos feitos para a queima do coco acarretavam prejuízos para os fazendeiros, pois machucavam o gado. Esse período foi relatado pelos sujeitos locais como “o coco preso”, por inviabilizar a coleta do que lhes garantia a sobrevivência. Houve também o período do “coco solto”, uma referência às cercas que, impedindo a entrada nas propriedades para coleta do coco, propiciavam a existência deste em abundância nas fazendas.

Os encontros geraram conflitos, violência e resistência, e ambos os lados sofreram baixas e ganhos. De um lado, os fazendeiros derrubaram as palmeiras e aumentaram a vigilância nas fazendas, impedindo, dessa maneira, a entrada das quebradeiras. Por outro lado, estas ganharam confiança e persistiram na conquista de seus direitos, podendo, por fim, entrar nas fazendas e coletar o coco sem ter de pagar meia sobre o coletado aos fazendeiros. As perseguições produziram união entre as mulheres, criando uma identidade que passou a ser a das quebradeiras de coco. Ouvimos relatos, quando em campo, de mulheres que se mostraram contra a imposição dos patrões, pois se tratava de meeiros, e foram presas pela manifestação. Esse processo gerou

resistência e organização dessas mulheres em associações e cooperativas.

As cooperativas foram criadas para uma organização e melhoria de vida de tais mulheres. Também nesse sentido, foram criadas as cantinas – locais de venda do coco –, sem a figura do atravessador, de modo que o valor do produto correspondia ao da produção e não ao valor praticado no mercado externo. Conforme dados do IBGE (2006), não houve produção vendida para cooperativas no ano de 2006. Porém, mais de duas mil toneladas foram vendidas para atravessadores e diretamente para a indústria. Isso possibilita afirmar que a organização dessas mulheres em cooperativas só funcionou de fato com as políticas de desenvolvimento e reconhecimento dessas trabalhadoras após 2006. Cita-se, por exemplo, o título *Honoris Causa* dado a dona Raimunda pela Universidade Federal do Tocantins e aos espaços conquistados por essas mulheres junto aos Governos estaduais e municipais, e até ao Memorial Raimunda Gomes da Silva.

Em se tratando da questão do uso da terra, em estudo recente Swerts (2009, p. 81) apresenta um quadro interessante da posse da terra nos seguintes termos:

[...] verifica-se que a quantidade de estabelecimentos explorados por proprietários ou administradores cresceu 65% e que ao final do período a área por eles ocupada representava 94% da área total dos estabelecimentos pesquisados. Já os não proprietários (arrendatários, ocupantes ou parceiros) tiveram uma redução de quase 16% na quantidade de estabelecimentos e perderam também 5,5% da área ocupada.

No que tange à produção de coco da região Norte do país, a maior quantidade é produzida no Tocantins, que conta com valor expressivo. Entretanto, esse valor não é representativo se comparado com a produção que tem o Estado do Maranhão, no Nordeste, com 95% de toda a produção nacional de babaçu. A Tabela 1, a seguir, oferece dados sobre essa produção.

Tabela 1: Produção de babaçu na região Norte e no Tocantins em 2006.

Unidades da Federação, Grande Região e País	Produção e valor da produção				
	Babaçu (coco)				
	Estabelecimentos	Quantidade		Valor da produção (1.000 R\$)	Valor da venda (1.000 R\$)
Colhida (t)		Vendida (t)			
Tocantins	233	273	211	157	99
Norte	292	281	216	179	116
Brasil	46.706	75.943	69.355	54.597	49.581

Fonte: IBGE, 2006.

Organização: Eliseu Pereira de Brito, 2016.

No Tocantins, a prática da quebra do coco tem maior visibilidade porque esteve relacionada aos conflitos agrários, e a organização das mulheres em associação proporcionou uma articulação para as quebradeiras do coco. O número de associadas é relativamente expressivo, totalizando 216 organizações sociais entre rurais e extrativistas. Relativamente ao quantitativo de associados, temos o seguinte panorama: Associação Comunitária dos Produtos do Babaçu, em São Bento – 40 sócios; Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras do Bico do Papagaio, em Augustinópolis – 274 sócios; e Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP), em São Miguel – 600 sócios (SWERTS, 2009; LIMA, 2014). Os dados demonstram que a organização das quebradeiras gerou resistência na permanência em seu território, reforçando a reflexão de Sennett (2013), para quem as pessoas cooperam porque entendem que não conseguem sozinhas seus objetivos e, por essa linha de raciocínio, a competição anda atrelada à cooperação.

A luta por políticas públicas, a partir dos anos 1990, voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, alcançou alguns resultados, como, por exemplo, o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), o Fundo Constitucional de

Financiamento do Norte (FNO) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). No Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2001, foi criado o Plano de Desenvolvimento Rural Integrado do Bico do Papagaio, voltado para o uso intensivo da terra para o plantio da soja. Contudo, parte desse plano foi impedido de execução por resistência popular, que se manifestou contra o impacto ao meio ambiente que o plano poderia provocar na região, principalmente com o desmatamento.

Considerações finais

Uma questão que nos estimulou e reclamou entendimento foi a seguinte: até que ponto essas mulheres, em meio a um labor tão difícil, se identificam como quebradeiras de coco, e como se dá a identidade como quebradeiras? Sennett (2009), ao tratar sobre a identidade no contexto dos padeiros, faz uma leitura de dois períodos: o primeiro é o do trabalho manual, em que o produto final era resultado do esforço braçal; e o segundo, o do trabalho com técnicas, no qual as máquinas executam as tarefas essenciais da produção. Nesse recorte, constatou-se que as pessoas se identificam com tarefas e, “por um terrível paradoxo, quando diminuimos a dificuldade e a resistência, criamos as condições mesmas para a atividade acrítica e indiferente por parte dos usuários” (SENNETT, 2009, p. 84). Nota-se que, nesse segundo período descrito, se dava o contrário do trabalho manual, em cuja configuração havia uma identidade de classe, ainda que alguns sujeitos se sentissem sem a identidade de padeiros.

O trabalho “joga” como fator primordial na relação das quebradeiras de coco com o seu território. A atividade ligada à sobrevivência, por um trabalho braçal e de esforço exaustivo, manteve viva a resistência empreendida por essas mulheres para com a preservação dos palmeirais – babaçuais – e para com o direito de circulação por entre tal vegetação. O quebrar coco é a identificação que elas estabelecem. Contudo, atualmente, com a

introdução de novas tecnologias no processamento e beneficiamento do babaçu, empresas se apropriam do produto e buscam mão de obra, em sua maioria, masculina. E isso se deve à lógica segundo a qual não precisam de quebradeiras, mas sim de coletoras do coco. A quebra é feita nas máquinas, que substituem o trabalho das mulheres, e as quebradeiras, por sua vez, se negam a fazer assim, uma vez que tal modo de lidar com o coco torna seu trabalho ilegível segundo a categoria que Sennett (2009) discute em sua obra.

No ano de 2014, houve a substituição da produção de derivados do coco pela farinha. Não que a prática de quebrar coco tenha entrado em crise, mas isso significa que as quebradeiras estão buscando uma maior rentabilidade para os seus produtos (SOARES, 2014). E, nesse novo cenário, a quebra do coco tornou-se atividade secundária para algumas mulheres. O coco faz parte da culinária, da decoração e dos produtos de higiene, mas já não é mais a atividade principal da família, substituída pela produção de farinha. O trabalho se refaz, então, diante das mudanças ocorridas no território.

Referências bibliográficas

ALDIGHIERI, Mário. **Josimo**: a terra, a vida. São Paulo: Loyola, 1993.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 231-237.

GOMES, Paulo C. da Costa. A dimensão ontológica do território no debate da cidadania: o exemplo canadense. **Revista Território**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2. p. 43-62, jan./jun. 1997.

BRITO, E.P. de & ALMEIDA, M.G. de Sentido e organização do trabalho ...

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro>. Acesso em: 02 jan. 2014.

_____. **Série Estatística**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 04 jan. 2014.

LIMA, Luzanira Ferreira. **Identidade Territorial Tocantinense**. [Axixá, 2014]. Informação falada concedida a Eliseu Pereira de Brito em 2014.

MACHADO, Lia Osório. A Fronteira agrícola na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 54, p. 27-55, 1992. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: 18 jan. 2013.

MARX, Karl. Capital fixo e o desenvolvimento das forças produtivas na sociedade. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 239-250 (Apêndice).

PEREIRA, José Carlos Alves. Condição camponesa e migração. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

SEGURADO, Rufino Theotonio. Viagem de Goyaz ao Pará em 1846 e 1847. **Revista Trimestral de História e Geografia**. Rio de Janeiro: Typ. de João Ignacio da Silva, Tomo X, p. 178-212, 1870.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. 14. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2009.

BRITO, E.P. de & ALMEIDA, M.G. de Sentido e organização do trabalho ...
_____. **Juntos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. Contribuições metodológicas para o estudo das migrações. In: DERMATINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (Org.). **Estudos migratórios**. Perspectivas metodológicas. São Carlos: EDUFScar, 2005.

_____. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Org.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 25-66.

_____. Vidas transitórias. Entre os cocais maranhenses e os canaviais paulistas. **Revista da ANPEGE**. Goiânia: UFG, v. 7, n. 1, número especial, p. 161-78, 2011.

SILVA, Raimunda Gomes da. **Identidade Territorial Tocantinense**. [São Miguel do Tocantins, 2014]. Informação falada concedida a Eliseu Pereira de Brito em 2014.

SOARES, Maria Eliane. **Identidade Territorial Tocantinense**. [Axixá, 2014]. Informação falada concedida a Eliseu Pereira de Brito em 2014.

SWERTS, Leila Affonso. **Políticas de desenvolvimento, organização do território e participação**: as quebradeiras de coco babaçu na Microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins. 2009. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, UnB, Brasília, 2009.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A (des)ordem societária e territorial do trabalho (os limites para a unificação orgânica). In: OLIVEIRA,

BRITO, E.P. de & ALMEIDA, M.G. de Sentido e organização do trabalho ...

Ariovaldo U.; MARQUES, Marta I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TOCANTINS, Assembleia Legislativa. Lei nº 1959, de 14 de agosto de 2008. Dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e do uso predatório das palmeiras do coco de babaçu e adota outras providências. **Lei nº 1.959.** Palmas, TOCANTINS, 27 set. 2013. Disponível em: <http://al.to.gov.br/legislacaoEstadual?pagPaginaAtual=49>. Acesso em: 01 fev. 2014.

SEPLAN. Secretaria de Planejamento. **Zoneamento Ecológico-Econômico.** 2015. Bases Vetoriais. Disponível em: <http://seplan.to.gov.br/zoneamento/>. Acesso em: 20 fev. 2015.

TUGGIA, Rafael. Mapas dos índios Cherentes e Chavantes na povoação de Thereza Christina no rio Tocantins e dos índios Charaós. Da aldeã de Pedro Afonso nas margens do mesmo rio, ao norte da província de Goyaz. **Revista do Instituto Histórico Geographico do Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo XIX, n. 21, p. 119-124, 1856.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Avaliação da efetividade do programa desenvolvimento sustentável de território rural do Bico do Papagaio – TO.** Palmas: UFT, 2011.

VALVERDE, Orlando. Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 04, p. 381-420, 1957.

Recebido em janeiro de 2015
Aceito em setembro de 2016